

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Santa Casa de Misericórdia de Ituverava - Ambulatório Médico de Especialidades Comendador Takayuki Maeda - AME Ituverava



Ambulatório Médico de Especialidades Comendador Takayuki Maeda (AME-ITUVERAVA)

CNPJ/MF nº 50.304.377/0002-93 - (Administrado pela Santa Casa de Misericórdia de Ituverava - OSS)

Relatório da Diretoria: Srs Associados, Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, a Santa Casa de Misericórdia de Ituverava-OSS, publica seu Balço Patrimonial e Demonstrativos, relativo ao exercício findo em 31/12/2016 e 2015 comparativo, da sua filial Ambulatório Médico de Especialidades Comendador Takayuki Maeda (AME-Ituverava) acompanhados das Notas Explicativas e do Parecer da Auditoria Independente, Parecer do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, aprovados por unanimidade na AGE em 25/03/2017. Ituverava(SP), 27 de março de 2017.

Balço Patrimonial - Ativo	2016	2015
Circulante	10.542.297,32	6.076.321,48
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.274,42	50.552,77
Aplicações Financeiras	2.582.728,68	5.942.894,94
Créditos a Receber: Outros Créditos	11.769,97	11.602,46
Convênios Públicos - SES- C.Gestão-2017	7.860.000,00	-
Estoques: Estoques	63.181,92	69.953,43
Despesas do Exercício Seguinte	-	-
Seguros apropriados	1.342,33	1.317,88
Não Circulante	4.140.939,01	4.601.064,48
Imobilizado	4.140.939,01	4.601.064,48
Total do Ativo	14.683.236,33	10.677.385,96

Balço Patrimonial - Passivo	2016	2015
Circulante	10.542.297,32	6.412.493,81
Fornecedores	25.471,74	38.493,61
Serviços Terceiros-PJ e PF	332.691,75	317.597,41
Obrigações Trabalhistas	117.002,37	173.419,75
Obrigações Tributárias e Encargos Sociais	58.206,72	55.423,04
Outras Contas a Pagar	19.046,68	2.338,61
a Realizar - Contrato Gestão-SES	2.129.878,06	5.825.221,39
a Realizar - Contrato Gestão-SES-2017	7.860.000,00	-
Não Circulante	4.140.939,01	4.264.892,15
Receita Diferida	-	-
Recursos a Realizar - SES - Investimentos	4.140.939,01	4.264.892,15
Total do Passivo	14.683.236,33	10.677.385,96

ANEXO RP 08 - Repasses ao Terceiro Setor
Demonstrativo integral das receitas e despesas - Contrato de Gestão - Contratante: Secretaria de Estado da Saúde do Estado de SP. Contratada: Santa Casa de Misericórdia de Ituverava - Oss. Entidade Gerenciada: Ambulatório Médico de Especialidades Comendador Takayuki Maeda, CNPJ: 50.304.377/0002-93, Rua Capitão Euclides Barbosa Lima, 435, CEP: 14500-000. Responsável(is) pela Conveniência: Antonio Pio do Carmo Tosta. CPF: 171.656.108-63. Objeto: Contrato de Gestão. Exercício: 2016. Origem dos Recursos (1): Estadual.

Documento	Data	Vigência	Valor - R\$
Contrato de Gestão nº 001.0500.000.048/2014	16/12/2014	16/12/2019	39.036.800,00
Aditamento nº 01/16	29/12/2015	31/12/2016	3.810.000,00

Demonstrativo dos Recursos Disponíveis no Exercício

Data Prevista	Valores para o Repasse (2) (R\$)	Data do Documento	Valores do Repasse (2) (R\$)
07/01/2016	250.000,00	07/01/2016	2016OB00207 250.000,00
05/02/2016	250.000,00	05/02/2016	2016OB10626 250.000,00
04/03/2016	250.000,00	04/03/2016	2016OB16588 250.000,00
06/04/2016	250.000,00	06/04/2016	2016OB24320 250.000,00

Origem dos Recursos (4):

Categoria ou Finalidade da Despesa (8)	Despesas Contabilizadas Neste Exercício (R\$)	Despesas Contabilizadas em Exercícios Anteriores e Pagas Neste Exercício (R\$) (H)	Despesas Contabilizadas neste Exercício e Pagas Neste Exercício (R\$) (I)	Total de Despesas pagas neste Exercício (R\$) (J=H+I)	Despesas Contabilizadas neste Exercício a Pagar em Exercícios Seguintes (R\$)
Recursos humanos (5)	1.826.090,12	193.658,21	1.673.330,05	1.866.988,26	152.760,07
Recursos humanos (6)	171.062,20	52.189,92	157.518,54	209.708,46	13.543,66
Medicamentos	65.839,02	-	65.839,02	65.839,02	-
"Material médico e hospitalar (*)"	156.837,02	23.743,42	156.837,02	180.580,44	-
Gêneros alimentícios	7.643,67	-	7.643,67	7.643,67	-
"Outros materiais de consumo"	109.169,67	-	108.791,59	108.791,59	378,08
Serviços Médicos (*)	4.449.635,02	317.597,41	4.075.493,77	4.393.091,18	374.141,25
"Outros serviços de terceiros"	436.546,25	424.996,25	424.996,25	11.550,00	-
Locações diversas	87.370,39	-	87.370,39	87.370,39	-
Utilidades públicas (7)	210.538,40	83,46	210.492,20	210.575,66	46,20
"Bens e materiais permanentes"	5.485,77	-	5.485,77	-	5.485,77
"Despesas financeiras e bancárias"	7.710,08	-	7.710,08	7.710,08	-
Outras despesas	45.277,34	-	45.277,34	45.277,34	-
TOTAL	7.579.204,95	587.272,42	7.026.785,69	7.614.058,11	552.419,26

(4) Verba: Federal, Estadual, Municipal e Recursos Próprios, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso. (5) Salários, encargos e benefícios. (6) Autônomos e pessoa jurídica. (7) Energia Elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet. (8) No rol exemplificativo incluem também as aquisições e os compromissos assumidos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes. (9) Quando a diferença entre a Coluna Despesas contabilizadas neste exercício e a Coluna Despesas contabilizadas neste exercício e pagas neste exercício for decorrente de descontos obtidos ou pagamento de multa por atraso, o resultado não deve aparecer na coluna Despesas contabilizadas neste exercício a pagar em exercícios seguintes, uma vez que tais descontos ou multas são contabilizados em contas de receitas ou despesas. Assim sendo deverá se indicado como

Nota de rodapé os valores e as respectivas contas de receitas e despesas. (*) Apenas para entidades da área da Saúde.

Demonstrativo do Saldo Financeiro do Exercício

(G) Total de Recursos Disponível no Exercício	10.220.061,21
(J) Despesas pagas no Exercício (H+I)	7.614.058,11
(K) Recurso Público não Aplicado [E - (J - F)]	2.606.003,10
(L) Valor Devolvido Ao Órgão Público	0,00
(M) Valor Autorizado para aplicação no exercício seguinte (K - L)	2.606.003,10

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epígrafa, sob as penas da Lei, que a despesas relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público Conveniente.

Consultas Não Médicas

Nº Consultas Não Médicas	Contratado	Realizado	%
Nº Consultas Não Médicas	3.300	4.370	32,42%
Nº Procedimentos Terapêuticos	5.400	6.761	25,20%
Total	8.700	11.131	27,94%

Atividade Cirúrgica / SADT - Externo

Nº Cirurgias Ambulatoriais - cma	Contratado	Realizado	%
Nº Cirurgias Ambulatoriais - cma	1.200	1.476	23,00%
Diagnóstico por Radiologia	1.800	2.112	17,33%
Diagnóstico por Ultrassonografia	8.400	8.698	3,55%
Diagnóstico por Endoscopia	900	1.008	12,00%
Métodos Diagnóstico em Especialidades	2.934	3.137	6,92%
Total	14.034	14.955	6,56%

Metas de Produção: 2º Semestre 2016 (julho a dezembro/2016)

Consultas Médicas	Contratado	Realizado	%
Nº Primeira Consulta Ambulatorial	9.540	10.555	10,64%
Nº Interconsultas Ambulatorial	1.200	892	-25,67%
Nº Consultas Subsequentes Ambulatorial	9.540	10.105	5,92%
Total	20.280	21.552	6,27%

Consultas Não Médicas

Nº Consultas Não Médicas	Contratado	Realizado	%
Nº Consultas Não Médicas	3.300	3.585	8,64%
Nº Procedimentos Terapêuticos	5.400	7.283	34,87%
Total	8.700	10.868	24,92%

Atividade Cirúrgica / SADT - Externo

Nº Cirurgias Ambulatoriais - cma	Contratado	Realizado	%
Nº Cirurgias Ambulatoriais - cma	1.200	1.685	40,42%
Diagnóstico por Radiologia	1.800	2.172	20,67%
Diagnóstico por Ultrassonografia	8.400	8.342	-0,69%
Diagnóstico por Endoscopia	900	1.102	22,44%
Métodos Diagnóstico em Especialidades	2.934	3.480	18,61%
Total	14.034	15.096	7,57%

2015

Consultas Médicas	Contratado	Realizado	%
Nº Primeira Consulta Ambulatorial	18.120	20.998	15,88%
Nº Interconsultas Ambulatorial	2.400	2.590	7,92%
Nº Consultas Subsequentes Ambulatorial	18.120	19.884	9,74%
Total	38.640	43.472	12,51%

Consultas Não Médicas

Nº Consultas Não Médicas	Contratado	Realizado	%
Nº Consultas Não Médicas	6.600	7.710	16,82%
Nº Procedimentos Terapêuticos	10.800	12.369	14,53%
Total	17.400	20.079	15,40%

Atividade Cirúrgica / SADT - Externo

Nº Cirurgias Ambulatoriais - cma	Contratado	Realizado	%
Nº Cirurgias Ambulatoriais - cma	2.400	2.940	22,50%
Nº SADT Externo	24.060	26.201	8,90%

Em 16/12/2014 foi assinado com a Secretaria de Estado da Saúde/SP novo Contrato de Gestão nº 001.0500.000.048/2014, para o exercício de 2016, a administração estimou a previsão orçamentária em R\$ 8.724.208,75, foi assinado um termo aditivo 01/2016, e estão estimados recursos a serem liberados no montante de R\$ 3.810.000,00, para atender uma estimativa de 40.560 consultas médicas, 17.400 consultas não médicas, 2.400 pequenas cirurgias ambulatoriais, e 28.068 exames de SADT. Para o exercício de 2017, a administração estimou a previsão orçamentária em R\$ 8.380.168,75, foi assinado um termo aditivo 01/2017, e estão estimados recursos a serem liberados no montante de R\$ 7.860.000,00, para atender uma estimativa de 40.560 consultas médicas, 13.440 consultas não médicas, 3.168 pequenas cirurgias ambulatoriais, e 27.816 exames de SADT. Os recursos propostos no orçamento da Secretaria não cobrirá os custos da unidade, ficando autorizado a utilizar os recursos de anos anteriores em conta de aplicação própria do AME. Nota 2 - Apresentação Das Demonstrações Contábeis - Base para elaboração - a) Base de preparação - As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente, em observação à norma NBC-TG-1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade, no que forem pertinentes e aplicáveis seus preceitos, e considerando também os aspectos a serem observados por entidades sem finalidade de lucro, em conformidade com a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de lucros aprovadas pela Resolução nº 1409/2012, do Conselho Federal de Contabilidade. b) Moeda funcional

- As demonstrações contábeis sendo apresentadas em reais, moeda funcional utilizada para sua elaboração e divulgação. Nota 3 - Sumário Das Principais Práticas Adotadas - São as seguintes as principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis: a) Caixa e Equivalentes de Caixa: são classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Tais aplicações estão acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do balanço, creditados em conta de subvenção governamental, líquido de despesas. b) Estoques: estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, e correspondem aos materiais utilizados na operação da Entidade (medicamentos, materiais hospitalares, materiais cirúrgicos e materiais de consumo); c) Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos das depreciações acumuladas. A depreciação do exercício e calculada pelo método linear de acordo com as taxas anuais descritas na nota 4. d) Subvenções Governamentais: as subvenções governamentais para custeio são reconhecidas como receita e confrontadas com as respectivas despesas incorridas, tudo de acordo com o regime de competência. Aquelas destinadas a investimentos são reconhecidas no resultado com base na depreciação dos ativos adquiridos. Enquanto não forem atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a subvenção governamental registrada no ativo permanece registrada em conta específica de passivo. e) Contas de Resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. f) Patrimônio Social: Por se tratar de Convênio firmado entre a

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

1. Fluxos de caixa das atividades operacionais: 2016 2015

Das Operações: Depreciação Imobilizado 465.611,24 463.192,70

(=) Caixa Antes das Mutações do Capital de Giro 465.611,24 463.192,70

Redução (Aumento) dos Ativos Circulantes

Redução/Aumento em Convênios a receber - SES (7.860.000,00) -

Redução/Aumento em Estoques 6.771,51 (22.851,32)

Redução/Aumento em Outros Ativos (191,96) 15.044,28

Aumento (Redução) dos Passivos Circulantes

Aumento/Redução em Obrigações Tributárias 2.783,68 15.993,28

Aumento/Redução Contas a pagar-Fornecedor (13.021,87) 19.570,40

Aumento/Redução Contas a pagar - Honorários e Terceiros 15.094,34 21.836,23

Aumento/Redução em Outras contas a pagar 16.708,07 (10.302,78)

Aumento/Redução em Obrigações e Provisões Trabalhistas (56.417,38) (4.106,14)

(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (7.422.662,37) 498.376,65

2. Fluxos de caixa das atividades de investimento:

Aquisições do Imobilizado (5.485,77) (32.345,07)

(=) Caixa Líquido das Atividades Investimento (5.485,77) (32.345,07)

3. Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:

Aumento/Redução Contrato Gestão 4.040.703,53 1.149.329,45

Caixa Líquido Atividades Financiamento 4.040.703,53 1.149.329,45

(=) Aumento Líquido nas Disponibilidades (Caixa e Equivalentes) (3.387.444,61) 1.615.361,03

(=) Variação das Contas Caixa / Bancos / Equivalentes (3.387.444,61) 1.615.361,03

Caixa e Equivalentes Caixa - Início do Ano 5.993.447,71 4.378.086,68

Caixa e Equivalentes Caixa - Final do Ano 2.606.003,10 5.993.447,71

Demonstração do Superávit e (Déficit) do Exercício

2016 2015

Receitas Operacionais 8.208.721,80 8.717.374,57

Atividades de Saúde - Recursos Contrato de Gestão - Custeio - SES 3.810.000,00 7.934.750,00

Recursos Contrato de Gestão - Apropriação Custeio 3.815.845,53 -

Recursos Contrato de Gestão - SES - Investimento 465.611,24 463.192,70

Total Receitas Serviços Hospitalares 8.091.456,77 8.397.942,70

Trabalho Voluntário 110.400,00 137.280,00

Outras Receitas 8.665,03 182.151,87

Rendimento de Aplicações Financeiras 6.520,68 164.736,17

Doações Diversas 344,35 17.415,70

Custos e Despesas Operacionais (8.154.190,41) (7.491.204,96)

Despesas com Pessoal e Encargos (1.826.090,12) (1.584.100,19)

Despesas Administrativas e Gerais (611.182,45) (595.720,01)

Serviços Prestados por Terceiros (4.792.853,51) (4.260.257,32)

Despesas com Medicamentos e Materiais (339.489,38) (390.120,63)

Despesas Financeiras e Tributárias (8.563,71) (60.534,11)

Despesas com Depreciação (465.611,24) (463.192,70)

Trabalho Voluntário (110.400,00) (137.280,00)

Resultado Antes Impostos/Contribuições 54.531,39 1.226.169,61

(-) Impostos e Contribuições

Contribuição a Previdência - Cota Patronal (351.418,03) (313.303,44)

Impostos/Contribuições-Federais/Municipais (555.161,55) (577.649,80)

Resultados com Gratuidades e Benefícios Tributários

Resultados Obtidos</

	Investimentos - R\$	Custeio - R\$
Total de subvenções recebidas	5.777.055	4.380.350
Recebimento aplicação financeira líquida	198.509	66.661
Custos e despesas incorridas	(307.263)	(2.295.533)
Aquisições de ativo imobilizado	-	(117.643)
31/12/12 - Saldo Subvenção governamental	5.668.301	2.033.836
Rendimentos Aplicação Financeira líquida	-	157.130
Custos e despesas incorridas	(459.015)	-
31/12/13 - Saldo Subvenção Governamental	5.209.287	2.190.965
Rendimento de Aplicação Financeira Líquida	-	299.939
Custos e Despesas Incorridas	(462.362)	-
Transferência Resultado Exercício 2012 e 2013	-	1.277.562
31/12/14 - Saldo Subvenção Governamental	4.746.925	3.768.467
Rendimento de Aplicação Financeira Líquida	-	405.192
Custos e Despesas Incorridas	(482.033)	-
Transferência Resultado Exercício 2014	-	425.393
Transferência Resultado Exercício 2015	-	1.226.170
31/12/15 - Saldo Subvenção Governamental	4.264.892	5.825.221
Rendimento de Aplicação Financeira Líquida	-	407.629
Custos e Despesas Incorridas	(465.611)	(3.815.846)
Transferência Resultado Exercício 2016	-	54.531
Termo Aditivo Contrato Gestão 01/2017	-	7.860.000
Aquisições Ativo com recursos Custeio (até 2016)	341.659	(341.659)
31/12/16-Saldo Subvenção Governamental	4.140.939,01	9.989.877,49

a) Verba de Investimentos - O saldo de R\$ 4.140.939,01 vem sendo realizado de acordo com a NBC TG 7 - Subvenções Governamentais, na qual, os recursos para investimentos serão realizados no resultado na mesma proporção da realização do ativo correspondente, neste caso a depreciação. Em 2016 foi realizado o valor de R\$ 465.611 e R\$ 482.033 em 2015. B) Verba de Custeio - O saldo de custeio no montante atualizado de

R\$ 9.989.877,49, refere-se a rendimentos de aplicação financeira e de recursos do contrato de gestão para custeio do período de 2012 a 2016, no valor de R\$ 2.129.877,49, não utilizados, como também o termo aditivo para o ano de 2017 no valor de R\$ 7.860.000,00, devido o início dos atendimentos ocorrer somente no mês de maio/2012. Esses recursos estão a disposição da Secretaria de Estado da Saúde -SP, que autorizou a utilização desses recursos para complementar o custeio do ano de 2016 e 2017.

Nota 7 - Receitas Com Trabalho Voluntário - Atendendo à Resolução CFC nº 1409, de 21 de setembro de 2012, que aprova a NBC ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, que define que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se estivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pelo AME Ituverava. A mensuração dos trabalhos voluntários foi efetuada com base nas horas dispendidas, avaliadas pelas taxas horárias médias praticadas por esses profissionais. **Ambulatório De Especialidades Médicas Comendador Takayuki Maeda - Ame-Ituverava Mensuração do Trabalho Profissional Voluntário - 2016**

Serviço Voluntário	Unidade	Parâmetro	Valor
	Tempo	Unitário	Estimado
Serviços Presidente Executivo	144 horas	100,00	14.400,00
Serviços Vice-Presidente Executivo	216 horas	100,00	21.600,00
Serviços Tesoureiro	600 horas	100,00	60.000,00
Serviços Presidente Conselho Administração	144 horas	100,00	14.400,00
Valor Total do Trabalho Voluntário			110.400,00

Obs. Presidente Executivo - dispense 3 vezes por semana de 1hrs/dia = (3diasX1horasX4semanasX12meses) = 144horas/ano. Obs. Vice-Presidente Executivo - dispense 3 vezes por semana de 1,5hrs/dia = (3diasX1,5horasX4semanasX12meses)= 216horas/ano. Obs. Tesoureiro - dispense 5 vezes por semana de 2,5hrs/dia = (5diasX2,5horasX4sema-

nasX12meses)= 600horas/ano. **Nota 8 - Renúncia Fiscal** - Em atendimento ao item 17, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31/12/2016 e 2015:

Benefício Fiscal da Renúncia de Tributos	2016	2015
Impostos e Contribuições		
IR - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	91.510,15	95.217,00
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	82.359,13	85.695,30
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	228.775,37	238.042,50
ISS - Imposto sobre Serviços Municipais	152.516,91	158.695,00
Total	557.177,56	579.664,80

Obs.: INSS cota patronal - vide nota explicativa nº 5. **Nota 9 - Provisão para riscos e contingências** - A entidade não realizou provisões para riscos e contingências, conforme orientação de seu assessor jurídico. **Nota 10 - Cobertura de Seguros** - A Entidade mantém sua política de contratar seguros de bens do imobilizado sujeito a riscos, em montante considerado, suficiente para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos. Demonstramos a seguir a cobertura de seguros vigente:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Prédio, equipamentos	Incêndio, raio, explosão, danos elétricos	11.650.000,00

Nota 11 - Resultado Líquido do Exercício - Por se tratar de Convênio firmado entre a Organização Social da Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde, a administração da Entidade entende que a diferença entre receitas e despesas reconhecidas no exercício corrente, não deve ser apresentado como resultado de um exercício. Os valores apurados são transferidos para conta do passivo, conforme explicitado na nota 6-b, e representa uma obrigação da OSS junto ao Ente Público conveniado. Ituverava (SP), 31/12/2016.

Antônio Pio do Carmo Tosta - Presidente

Parecer Do Conselho Fiscal
Os membros do Conselho Fiscal da OSS-Santa Casa de Misericórdia de Ituverava, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, após examinarem o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações Financeiras e os registros contábeis pertinentes, relativos ao exercício encerrado em 31

Parecer do Conselho de Administração
O Conselho de Administração da OSS-Santa Casa de Misericórdia de Ituverava, em cumprimento ao disposto no artigo 19, letra "b", do Estatuto Social, tendo examinado as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31/12/2016 e 2015 comparativo, da filial Ambulatório Médico de Especialidades Comendador Takayuki Maeda (AME Ituverava),

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Provedor da **Santa Casa de Misericórdia de Ituverava Ambulatório Médico de Especialidades - Ame Ituverava**. Ituverava (SP). Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da **Santa Casa de Misericórdia de Ituverava - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Ituverava**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santa Casa de Misericórdia de Ituverava - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Ituverava** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades do terceiro setor. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A administração da Entidade é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

de dezembro de 2016 e 2015 comparativo, da unidade Ambulatório Médico de Especialidades Comendador Takayuki Maeda (AME Ituverava), CNPJ - 50.304.377/0002-93, acompanhados do parecer dos auditores independentes Azevedo Auditoria e Assessoria Contábil emitido em 17/03/2017, são de parecer que as peças examinadas traduzem, adequadamente, a situação CNPJ - 50.304.377/0002-93, e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, é de opinião que os mencionados documentos estão em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral. (Período de Atuação: 01/01/2016 a 31/12/2016). Ituverava (SP), 21/03/2017.

Bruno Baldo Filho - Tesoureiro

Luiz Carlos Rodrigues - Presidente do Conselho; Jorge Maeda - Vice-Presi-

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades do terceiro setor e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

Antônio Carlos Teodoro - TC-CRC-1SP239176/O-5

patrimonial e financeira da Entidade, estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação do Conselho de Administração. (Período de Atuação: 01/01/2016 a 31/12/2016). Ituverava (SP), 20 de março de 2017. Geraldo Ribeiro - Conselheiro; Álvaro Antônio Pinto - Conselheiro; Tomio Yoshinaga - Conselheiro.

dente do Conselho; César Luiz Mendonça - Conselheiro; Natalina Bandiera Amêndola - Conselheira; Antonio Rodrigues Bertelli - Conselheiro; Luiz Eduardo de Branco - Conselheiro; João Cesar Matos Alves - Conselheiro; Carlos Benedito Bueno - Conselheiro; Orestes Leonel Filho - Conselheiro; Mário Takayoshi Matsubara - Conselheiro; Maurício José Rubira - Conselheiro; Paulo Roberto Machado - Conselheiro.

como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Araçatuba, 17 de março de 2017. Azevedo Auditoria e Assessoria Contábil - CRC-2SP017174/O-6. Elizeu de Azevedo - Sócio Diretor - Contador CRC 1SP076962/O-9.

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade total e transparência, com um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

